

Clique e assine com 88% de desconto

Política

Mato Grosso aprova projeto que legaliza salário de até R\$ 93 mil no TCE

Além de 35 mil reais de salário e o mesmo valor em 'verba indenizatória', os conselheiros do Tribunal recebem 70 mil por ano para comprar livros

Por **Roberta Paduan** - Atualizado em 5 mar 2020, 17h35 - Publicado em 5 mar 2020, 17h24



Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso //Divulgação

Em uma tramitação a jato, os deputados estaduais do Mato Grosso aprovaram nesta quinta-feira, 5, um projeto de lei que, não à toa, está sendo chamado de 'PL dos Marajás'. Caso seja sancionada pelo governador Mauro Mendes (DEM), a lei permitirá que cada um dos 13 membros do Tribunal de Contas do Estado (TCE) passe a receber – além do salário de 35 mil reais – uma verba indenizatória de mais 35 mil reais. Sim, a verba é mensal,

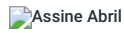
**Saúde****Coronavírus: Brasil tem oito casos confirmados, dois por transmissão local****Política****Polícia vai usar reconhecimento facial para identificar vândalos da Alesp****Economia****PIB: crescimento na casa de 1% 'tira o sono' de secretário do Tesouro****Placar****Ronaldinho depõe no Paraguai e culpa empresário por documentos falsos**

“Consideramos o pagamento ilegal por vários motivos. Primeiro, porque estoura o teto constitucional, mas também porque não há justificativa para sua existência. Os conselheiros não viajam para fazer fiscalizações, por exemplo, para serem indenizados por atividades externas. Uma terceira razão é que não há qualquer exigência de prestação de contas do pagamento recebido a título de verba indenizatória”, afirma Elda Valim Fim, presidente do Observatório Social.

A remuneração dos conselheiros não se resumirá aos 70 mil reais. No caso do presidente do TCE, o valor pode chegar a 93 mil reais mensais. Além dos 35 mil reais de salário e os 35 mil reais de verba indenizatória, o PL ainda prevê um adicional de até 50% do salário em razão da função na presidência, ou seja, mais 17.500 reais. Para completar os benefícios, o TCE ainda paga um auxílio-livro de 70 mil reais por ano a todos os 13 membros de seu conselho. O valor é pago em duas parcelas por ano (janeiro e julho). Detalhe: não é preciso comprovar as despesas nem do vale-livro, nem das verbas indenizatórias.

CONTINUA APÓS PUBLICIDADE

O PL aprovado é de autoria do presidente do TCE, Guilherme Maluf. Ele ingressou como conselheiro do



Veja

A PARTIR DE R\$ 9,90/MÊS

[VER OFERTAS](#)

Saúde

A PARTIR DE R\$ 6,90/MÊS

[VER OFERTAS](#)

Superinteressante

A PARTIR DE R\$ 6,90/MÊS

[VER OFERTAS](#)

Claudia

A PARTIR DE R\$ 6,90/MÊS

[VER OFERTAS](#)

Você S/A

A PARTIR DE R\$ 6,90/MÊS

[VER OFERTAS](#)

Quatro Rodas

A PARTIR DE R\$ 6,90/MÊS

[VER OFERTAS](#)

Leia também no GoRead

SIGA

[BEBÊ.COM](#)

[BOA FORMA](#)

[CAPRICHÔ](#)

[CASACOR](#)

[CLAUDIA](#)

[GUIA DO ESTUDANTE](#)

[PLACAR](#)

[QUATRO RODAS](#)

[SAÚDE](#)

[SUPERINTERESSANTE](#)

[VEJA RIO](#)

[VEJA SÃO PAULO](#)

[VIAGEM E TURISMO](#)

[VOCÊ S/A](#)

[Abril.com](#)

[Grupo Abril](#)

[Política de privacidade](#)

[Como desativar o AdBlock](#)

[Abril SAC](#)

[Anuncie](#)

[QUEM SOMOS](#) | [FALE CONOSCO](#) | [TERMOS E CONDIÇÕES](#) | [TRABALHE CONOSCO](#)